

Perspectivas de cidadania dos alunos da Escola Estadual “PT”ⁱ de Ensino Médio -Mirassol D’Oeste

Citizenship perspectives of students from a city-run school of Mirassol D’Oeste

Ana Claudia Alonso Ribeiro

Universidade do Estado de Mato Grosso

Resumo: Este trabalho se propõe a refletir sobre o exercício da cidadania a partir da perspectiva dos alunos de uma escola estadual do interior do Mato Grosso que aqui será denominada de “PT”ⁱⁱ. O que propomos é verificar quais as percepções dos alunos a respeito do exercício da cidadania quanto à participação em atividades que exigem maior envolvimento e engajamento como a participação política e em projetos sociais. Partimos do pressuposto de que a escola, principalmente o ensino médio, possui papel importante na formação da cidadania dos jovens e no estímulo a uma participação mais ativa na sociedade, não só através do conhecimento dos conteúdos formais que ela proporciona, que é uma das condições essenciais para o exercício da cidadania mas, principalmente pela possibilidade de levar os jovens à experiências de participação efetiva tanto na escola como fora dela se tornando verdadeiros sujeitos emancipados, colaborando para o empoderamento dos mesmos. Para entender como isso está sendo feito ou as dificuldades de inserir essa perspectiva do engajamento, realizamos pesquisa qualitativa através da aplicação de questionário estruturado com questões abertas e fechadas aos jovens que cursam o segundo e terceiro ano do ensino médio na escola estadual “PT” e também nos valem da Etnografia enquanto descritivo do campo e de observações pontuais sobre as interações na referida escola. A partir da coleta de dados foi possível entender a complexidade da realidade e dos processos sociais envolvidos e ainda, de alguns conceitos da pedagogia freireana, conceitos como Capital Social e empoderamento utilizados por autores como Baquero, Schmidt e Nazzari. Os resultados apontam para falta de predisposição para participação em atividades políticas e associações por parte dos alunos bem como a ausência de projetos que estimulem essa participação e cidadania ativa.

Palavras-chave: Educação. Cidadania. Ensino Médio.

Abstract: This article aims to reflect on the practice of citizenship from the perspective of students from a city-run school in the countryside of Mato Grosso State, which is hereinafter referred to as “PT”. We attempt to verify what are the students’ perceptions concerning the practice of citizenship in activities demanding deeper involvement and engagement, such as those related to political participation and social projects. Our initial assumption was that schools, and especially high schools, play an important role in building youth citizenship and stimulating a more active participation in society, not only through the formal content knowledge it provides, which is one of the basic conditions for the practice of citizenship, but mainly because of the possibility of leading youngsters to experiences of effective participation both in and out of school to make them truly emancipated individuals, and thus collaborating to empowering them. To understand how this is being done or the difficulties of introducing this engagement perspective, we conducted qualitative research by means of a structured questionnaire with open and closed questions to be answered by students of the 2nd and 3rd year in the “PT” high school. We also used Ethnography as a field descriptor and observations on

the interactions in the school. Based on the data collection, we were able to understand how complex the reality and the social processes involved are. We also comprehended some concepts by Freire, as well as concepts such as Social Capital and empowerment used by authors such as Baquero, Schmidt e Nazzari. The results point to the lack of predisposition for students to participate in political activities and associations, as well as the absence of projects promoting such active participation and citizenship.

Keywords: Education; Citizenship; High School

Introdução

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205 e a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.304/96, em seu artigo 22 afirmam que educar para o exercício da cidadania “é um dos princípios da educação brasileira”. Neste sentido, caberia ao educador e à escola, o papel de emancipar, de formar consciências livres, capazes de pensarem por si mesmas sem o recurso da razão alheia. Seria, também, responsável por fornecer aos educandos os instrumentos necessários para que os indivíduos, então cidadãos, deles se apossassem e pudessem se preparar para as condições da vida em sociedade, preparar-se para o trabalho e ter acesso ao desenvolvimento tecnológico e, assim, participar da vida política e social. Neste trabalho o objetivo é compreender as percepções dos alunos a respeito do exercício da cidadania quanto à sua participação em atividades que exigem maior envolvimento e engajamento como a participação política e em projetos sociais.

Para atingir tal objetivo, utilizamos alguns conceitos da pedagogia freireana que defende uma educação popular e emancipadora, capaz de formar cidadãos com Consciência Transitiva Crítica, além dos conceitos de capital social e empoderamento aplicados à educação, utilizados por Marcelo Baquero, Schimdt e Nazzari. Ainda, nos valem da pesquisa qualitativa, através da aplicação de questionário estruturado a duzentos e vinte (220) jovens, de ambos os sexos que cursavam o segundo (2º) e terceiro (3º) anos do ensino médio na escola estadual “PT” no ano de 2016.

O poder/dever da escola: formação e desenvolvimento nas concepções freireanas

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em seu artigo 2º ressalta que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o *exercício da cidadania* e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, grifos nossos).

Para melhor compreendermos de que maneira essa concepção de cidadania se insere no ambiente educacional escolar, buscamos o amparo de teóricos que nos auxiliassem nessa tarefa, sendo um deles Paulo Freire, considerando que é um autor que julgamos pertinente aos objetivos do presente trabalho e a pertinência dessa escolha se dá pela relevância de seus estudos voltados à realidade da educação brasileira.

Paulo Freire é defensor de um modelo de educação popular e pública, destinada a dar voz e a emancipar os sujeitos, para quem a educação é um processo humanizante, social, político, ético e histórico. Com relação ao papel da educação, ele afirma que a educação sozinha não transforma a sociedade, mas sem ela tampouco a sociedade muda. Nesse sentido, o ambiente escolar, social por excelência, seria um lugar propício para as aprendizagens significativas, para o desenvolvimento da curiosidade dos estudantes e para o estímulo às descobertas e ao desenvolvimento da consciência. O autor concebe o indivíduo como sujeito histórico, historicidade da qual não pode prescindir sob o risco de se tornar impermeável, apático, quietista e passivo diante da sociedade (FREIRE, 1996).

A pedagogia defendida por Freire (1996) fundamenta-se em elementos como a problematização, a dialogicidade e a conscientização que, ligados às práticas educativas e articuladas ao que ele chamou de “temas geradores”, ou seja, temas diretamente ligados à realidade do indivíduo possibilitariam a materialização de uma educação libertadora, emancipatória e democrática. Em sua proposta pedagógica, o conhecimento não tem sentido se concretizado fora da *práxis*. Percebemos aqui, a importância de uma dinâmica de aprendizagem que possibilita a inserção do aluno no contexto sócio-histórico como Sujeito de uma dinâmica que cria situações reais de participação e que possibilite ao aluno o desenvolvimento de uma postura crítica e responsável que o coloque na posição de ator e não de mero espectador do aprendizado.

Para Freire (2002), tornar-se sujeito implica uma reflexão e em uma ação sobre a realidade, sobre seu ambiente concreto, conforme afirma: “O homem brasileiro tem que ganhar a consciência de sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Vivendo essa responsabilidade. Participando. Atuando” (FREIRE, 2002, p.15). Em resumo, “a educação deve assim, ser um trabalho do homem com o homem, nunca verticalmente do homem sobre o homem ou do homem para o homem” (FREIRE, 2002, p.108).

A formação para a cidadania na escola: desenvolvendo consciências

Gallo (2004) afirma que a construção da cidadania no Brasil só pode se dar mediante o processo de enfrentamento do povo *versus* Estado, no qual o primeiro

exija do segundo a concretização dos seus direitos humanos e civis, o que tem ocorrido através de movimentos sociais e populares. E a ação pedagógica se dá no contexto das lutas políticas pela construção da cidadania, sendo esta uma das possibilidades em meio aos diversos movimentos de reivindicação social (GALLO *apud* Arroyo 2004). Ainda citando Arroyo, Gallo afirma que:

Voltando à relação entre educação, escola, cidadania e democracia, o que as vincula nas diversas formas de luta popular não é apenas ser a demanda atendida, mas a formas sociais, organizativas os processos políticos em que se inserem inúmeras mulheres, homens, jovens, associações e profissionais da educação. A luta pela escola vem se constituindo um dos campos de avanço político significativo na história dos movimentos populares e na história da construção da cidadania. [...] há relação entre ambos? Há e muita, no sentido que a cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo pedagógico de formação e constituição do cidadão. A educação não é pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto do processo de sua constituição. (GALLO *apud* ARROYO, 2004, p. 142).

Gallo (2004) afirma, ainda, que a relação entre educação e cidadania, no âmbito da formalização do ensino, ganha conotação política na medida em que o exercício da cidadania se faz dentro do cotidiano da atividade pedagógica. Assim, contribui para a construção da cidadania uma atividade pedagógica que esteja voltada para a singularização, ou processo de constituição de subjetividade autônoma, de indivíduos livres e cidadãos ativos para que, de fato, conforme explica o autor, esses sujeitos tomem em suas mãos os destinos de suas vidas e da comunidade, conscientizando-se da importância do seu papel na comunidade, constituindo-se Sujeitos.

O desenvolvimento da consciência é uma das premissas norteadoras presente nos trabalhos de Freire. Segundo Fernandes, cidadania é conscientizar-se e, neste sentido, “a consciência estabelece o agir e o estar do ser humano no mundo, isto é, o tipo de consciência que o sujeito assume refletirá no tipo de cidadania que ele assumirá” (FERNANDES, 2011, p.32).

Em sua obra *Educação e Atualidade Brasileira*, Paulo Freire se dedica a expor o que denomina de ‘modalidades de consciências’: a consciência transitiva e a intransitiva. A Consciência Intransitiva é a característica do homem que possui uma compreensão limitada à condição biológica; suas preocupações são voltadas aos desafios de sobrevivência biológica e ele não age em nível histórico, “falta-lhe historicidade, ou, mais exatamente, teor de vida, em plano histórico. Sua consciência é intransitiva nessas circunstâncias” (FREIRE, 2002, p. 32). Neste nível de consciência, os homens são seres incapazes de refletir sobre sua condição de cidadão, sobre seus direitos e deveres; são seres oprimidos, passivos, quietistas, sem voz. Para

Freire (2002), a consciência intransitiva representa um quase não compromisso entre o homem e sua existência.

A consciência transitiva caracteriza-se por um alto teor de espiritualidade e historicidade; nesta, o homem alarga o horizonte de seus interesses e passa a enxergar mais longe. A consciência transitiva divide-se em estágios: no primeiro estágio, essa consciência transitiva seria predominantemente ingênua, caracterizada de acordo com Freire (2002), pela simplicidade na interpretação dos problemas, idealização do passado, transferência acrítica da responsabilidade e da autoridade, impermeabilidade à investigação, fragilidade da argumentação, forte teor de emocionalidade, desconfiança de tudo que é novo, gosto não propriamente do debate, mas da polêmica e tendência ao conformismo. O segundo estágio corresponde à consciência crítica, que se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas, pela substituição das explicações mágicas por princípios causais, por procurar testar os ‘achados’ e sempre se dispor a revisões pela disposição ao abandono de preconceitos na análise dos problemas, pela recusa à transferência de responsabilidade e a posições quietistas, pelo gosto pelo debate e segurança na argumentação, com racionalidade, receptividade a tudo que é novo e pela não aceitação da massificação como um fato mas, ao mesmo tempo, pelo esforço dirigido à humanização do homem.

Educação para cidadania: a escola, o capital social e empoderamento

A partir das reflexões anteriores sobre o espaço escolar e a cidadania voltemos nossos olhares para o Ensino Médio, categoria escolhida dentro do sistema de educação formal brasileiro como objeto da presente pesquisa.

Autores como Baquero, Schmidt e Gentili abordam temas que tratam da relação entre cidadania, juventude, participação política e democracia e as políticas voltadas à educação. Nestes estudos refletem sobre como a educação pode contribuir para a consolidação da democracia e de uma cidadania ativa. Os autores acima mencionados trazem para o cenário da pesquisa o conceito de Capital Socialⁱⁱⁱ e de Empoderamento. Para esses autores, a escola é considerada um importante agente de socialização política, assim designado: “O processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, ou processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (SCHMIDT, 2000, p.56).

Ocorre, porém, que há uma intencionalidade nas disciplinas e métodos em relação à transmissão de conhecimentos e informações acerca da sociedade e do mundo. Nas relações estabelecidas entre profissionais da educação e alunos, vai sendo construído o aprendizado de atitudes participativas e cooperativas, visando o bem comum.

Na pedagogia defendida por Freire (1996), a educação não é um campo neutro, mas espaço de militância. Dessa forma, a escola contribuiria para promover, nos jovens, índices favoráveis do que se denomina Capital Social^{iv}, que surge como categoria analítica, com o objetivo de fornecer análise diversa a temas já analisados: como a relação Estado-sociedade, participação social e a superação da pobreza e da exclusão social e sobre o fortalecimento da democracia. O Capital Social está ligado às relações sociais entre os indivíduos que constituem uma sociedade, de modo a promover um ambiente de cooperação mútua, visando o bem-estar coletivo e não apenas o bem-estar individual.

A importância de se trabalhar com o conceito de capital social está calcada na sua praticidade em medir, basicamente, o desempenho institucional sem enfatizar a questão econômica e o processo de construção democrática de forma separada e excludente. Neste ponto, entendem os cientistas políticos que o desenvolvimento de uma sociedade não depende de fatores objetivos, como o econômico e o aumento de produtividade, mas também de uma base de apoio às instituições políticas e aos governantes (legitimação política), dimensão que propicia o desenvolvimento social e uma base para a materialização de melhores condições de vida para seus cidadãos. A falta ou desequilíbrio entre esses dois fatores produziria uma democracia inercial^v (BAQUERO, 2007, p. 48).

Ao aplicar o termo na esfera social, Putnam define o conceito de capital social “como características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, *apud* NAZZARI, 2006, p. 145). James Coleman, que observou o papel do capital social na educação, entendeu o termo como “o conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização social comunitária, úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou jovem” (BAQUERO& HAMMES, 2006, p.144).

Alguns conceitos ligados ao termo ‘capital social’ merecem destaque, entre eles, a confiança, a cooperação e a participação e na órbita destes, outros elementos como a coesão social, redes, normas e instituições. Segundo Nazzari (2006), a confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais, que por sua vez, gera a cooperação entre as pessoas e esta alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e incrementa a participação em associações voluntárias, fala-se aí em uma forma de associativismo horizontal. Dessa forma, estando fortalecidas as relações sociais, estando estável a confiança interpessoal, há maiores possibilidades de criação de redes de solidariedade e de reciprocidade que ajudariam a consolidar a cidadania entre os indivíduos, aumentando também as chances da concretização de ações coletivas pensadas no bem-estar comum e não apenas no individual (CUNHA, 2015,p.11).

Aumentando-se a confiança interpessoal, tem-se, conseqüentemente, o aumento do empoderamento, que pode ser definido como processo pelo qual um indivíduo se reconhece como parte de um grupo maior e que, segundo Baquero (2007), é uma construção que se desenvolve nas dimensões individual e comunitária. A dimensão individual corresponde ao aumento da capacidade dos indivíduos em se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas; o desenvolvimento na dimensão comunitária relaciona-se à capacitação de grupos desfavorecidos para articulação de interesses e participação da vida em comunidade almejando a conquista plena dos direitos da cidadania, defesa de seus direitos e influenciar ações do Estado (BAQUERO, 2007, p.55).

O percurso metodológico

A intenção de compreender qual a percepção dos alunos a respeito do exercício da cidadania da escola “PT” conduziu à adoção de pesquisa de cunho qualitativo com abordagem bibliográfica, legislativa, caderno de campo e utilização de questionários semi-estruturados com perguntas abertas e fechadas para alunos de segundo e terceiro anos escolhidos aleatoriamente e de acordo com a disponibilidade e autorização do regente da sala no momento da pesquisa no ano de 2016. Nossa opção pelos alunos das fases finais se deu por entendermos que esses alunos, por estarem no meio e final da etapa de terminalidade do ensino médio, teriam mais vivência e condições de responder satisfatoriamente. Também, de certa forma, estariam mais inseridos dentro das perspectivas e objetivos de formação educacional designada para o ensino médio.

Nesse sentido, fizemos ainda algumas observações da ambiência e das relações entre alunos, professores e coordenação da escola por um semestre letivo, utilizando a descrição dessas observações pontuais focadas nos métodos de ensino, relação da coordenação com os alunos e pais, e professores e alunos.

A Etnografia, método em que o pesquisador se insere na realidade a ser estudada com objetivo de estudar e compreender os elementos de uma determinada sociedade ou grupo (CUNHA, 2010) nos permite, através da observação, compreender os fenômenos relacionados à escola, pois através dela podemos ver toda riqueza do dia a dia escolar nos fornecendo concepção mais acurada sobre a relação entre teoria e prática, apresentando ferramentas eficazes para a interpretação das questões escolares a respeito da cidadania, participação política e em associações.

A abordagem na forma de questionários semi-estruturados que realizamos neste trabalho, partiu ainda de uma investigação com inspiração fenomenológica tendo como foco as percepções dos alunos a respeito do exercício da cidadania. A Fenomenologia tem a intenção de ser a filosofia do fenômeno em que não se separa

o sujeito do objeto/o homem do mundo, mas os reúne de maneira indissociável na estrutura da experiência intencional, conforme afirma Rezende:

Fenômeno como uma estrutura reúne dialeticamente na intencionalidade o homem e o mundo, o sujeito e o objeto, a existência e a significação. [...] O homem não é o mundo, o mundo não é o homem, mas um não se concebe sem o outro (REZENDE, 1990, p. 34-35).

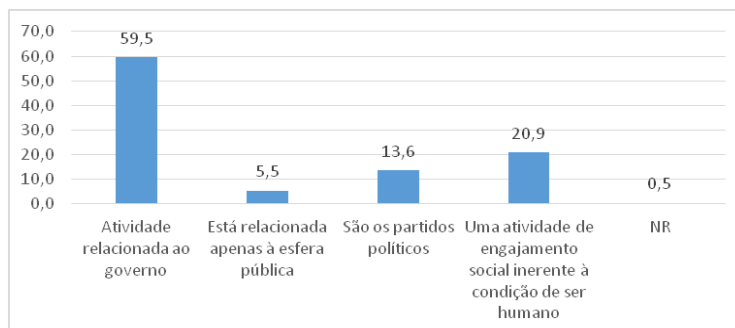
Assim essas abordagens metodológicas nos permitiram analisar as concepções dos alunos acerca dos fenômenos, objeto da presente pesquisa na medida que oferece suporte para compreender qual o significado, a essência, a percepção atribuída pelos entrevistados mediante a captação da intencionalidade, das experiências dos mesmos que vão sendo reveladas nas entrevistas.

A lente dos alunos

A pesquisa, realizada no ano de 2016 em uma escola estadual do interior de Mato Grosso, abrangeu duzentos e vinte (220) jovens, de ambos os sexos que cursam o segundo (2º) e terceiro (3º) anos do ensino médio dos quais 59,1% estão na faixa dos 16 anos, e 30,5% na faixa dos dezessete (17) anos, registra-se ainda o percentual de 1,4% de jovens com dezoito (18) anos e 0,5 % com dezenove (19) anos.

Buscamos compreender qual o nível de interesse e envolvimento dos jovens quando o assunto tratado se relacionava à política e à democracia, buscando assim, aferir também os níveis de acúmulo de capital social e o empoderamento entre os jovens. Ao serem questionados sobre o que entendem por política os jovens demonstraram uma compreensão superficial do que seja o termo, conforme o gráfico 4 a seguir:

Gráfico 1 - O que você entende ser política?



Fonte: RIBEIRO, 2016

Ainda que os termos que conhecem e concepções a esse respeito não sejam equivocadas, percebemos que a maior parte das respostas fazem referência às atividades de governo, termo recorrente para designar os atos dos eleitos em exercício de seus cargos ou seja, não conseguem se ver fazendo parte dos processos, se excluem, inclusive naturalizando esse comportamento passivo.

Conforme Gráfico 1, o percentual de jovens que entendem ser este o conceito de política é de 59,5% enquanto 13,6 % entendem o termo como estando relacionado aos partidos políticos e apenas 5,5 % compreendem política como termo relacionado apenas à esfera pública.

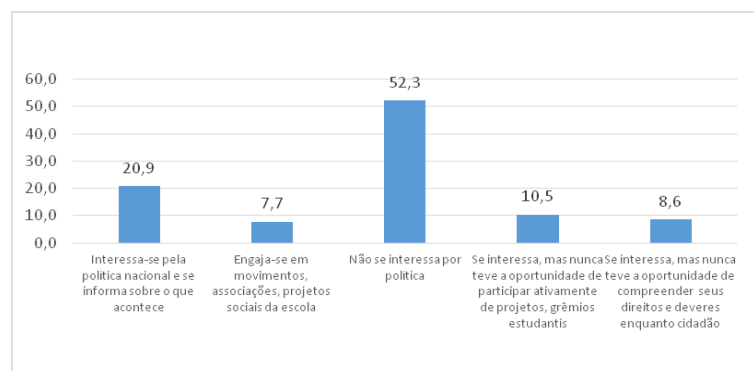
Interessante notar que, em 20,9% das respostas obtidas, os jovens indicaram entender política como uma atividade de engajamento social inerente à qualidade de ser humano, opção que nos remete à expressão de Aristóteles em *Política*, em que afirma que “o homem é um animal político” (ARISTÓTELES, 2008), ou seja, expressão que ressalta a necessidade do homem viver em sociedade, tanto para a satisfação de seus desejos quanto para a obtenção de segurança para a sobrevivência, e que poderia demonstrar um interesse crescente de parcela desses jovens em relação ao tema e participar dos assuntos da *pólis*.

Como mencionado acima, percebemos que a compreensão expressa no percentual de 59,5 % é expressiva, também, quanto ao interesse pelo tema, pois entendemos que a compreensão ampla do termo seja um gatilho que desencadeará em um envolvimento maior por parte dos jovens tanto na escola quanto fora dela, na vida em sociedade. Tal atitude resultará da consciência da importância do papel de cada indivíduo no meio em que convive e vive.

Paulo Freire (1996) já salientava a importância em se reconhecer a educação como ato eminentemente político devido à natureza igualmente política do ser humano. Assim posto, entendemos que a escola deva trabalhar no sentido de levar o aluno a uma ampla compreensão desse aspecto existente em sua vida social levando-os também a se reconhecerem como sujeitos, cidadãos ativos nos processos das mudanças e conquistas de direitos que almejam.

Ainda relacionado às discussões anteriores, perguntamos aos alunos especificamente a respeito do interesse deles por política e sobre sua adesão à democracia, em que buscamos perceber, entre os jovens, bases mínimas de legitimação do sistema de governo vigente pois, ao serem capazes de reconhecer e valorar atitudes democráticas, passam também a apresentar atitudes positivas que expressam confiança, apoio, participação e interesse. Nesse reconhecimento e valoração, é de extrema importância a atuação de agências socializadoras como a família e a escola, pois são elas as responsáveis pela internalização de valores de apoio ou rejeição ao sistema que permitirão ou não uma postura participativa dos jovens.

Gráfico 2- Com relação ao seu interesse por política e adesão à democracia, gostaria de saber



Fonte: RIBEIRO, 2016

Conforme demonstra o gráfico 2, as hipóteses de desinteresse se confirmam quando, em 52,3 % das respostas, os jovens declaram que não se interessam por política e que em apenas 20,9 % do percentual das respostas há a afirmação de interesse moderado, embora se limitem a acompanhar as informações veiculadas na mídia sobre os acontecimentos que envolvem o Brasil.

Consideramos tal percentual elevado, na medida em que revelam o grau de interesse e de conhecimento da juventude no universo democrático do país e, conseqüentemente, medem a confiança desses indivíduos em relação a esses aspectos: interesse e confiança por sua vez são elementos centrais na constituição do capital social que seria capaz de revitalizar a democracia na forma de um associativismo horizontal, criando redes de solidariedade e reciprocidade que ajudariam a consolidar a cidadania participativa entre os indivíduos (CUNHA 2005, p. 10). Ou seja, implicaria a existência de cidadãos informados e engajados nas suas comunidades.

Dos percentuais restantes, 10,5 % afirmam que se interessam por política, mas nunca tiveram a oportunidade de participar ativamente de projetos e grêmios estudantis; 8,6% afirmam se interessar, mas nunca tiveram a oportunidade de compreender seus direitos e deveres. Neste aspecto, entendemos que a compreensão desses direitos e deveres se configura como uma forma de despertar o interesse sobre o tema; assim, estando cientes dessas condições, teriam maiores possibilidades de acessar ou lutar por esses direitos. Entendemos, ainda, que a conscientização é fator importante que permite uma participação ativa, daí a importância de agências socializadoras como a escola; e apenas 7,7 % afirmam engajar-se em algum movimento social como forma de participação ativa em movimentos sociais, associações e projetos sociais da escola. Cabe ainda questionar, em relação ao tema debatido nesse trabalho, em que medida a escola tem contribuído para a promoção da consciência transitiva descrita por Paulo Freire; ou seja, em que medida tem

propiciado situações para o desenvolvimento de disposições mentais críticos e permeáveis que favoreçam o fortalecimento da cidadania.

Apesar de terem demonstrado pouco interesse por política, considerando os percentuais obtidos nos gráficos anteriores, perguntamos ainda sobre a percepção quanto à importância da participação dos jovens na política para compreender se eles relacionam sua passividade à falta de representatividade no cenário político brasileiro.

Os índices mostram que, apesar do desinteresse por política de 19,5 % dos jovens entrevistados, 79,1 % dentre eles acreditam que a participação desse segmento é importante. Tal informação denota certo distanciamento quietista dos jovens em relação à participação efetiva na política, o que implica dizer que, apesar de terem consciência da importância quanto à sua participação, preferem não se envolver. Segundo Souza (1983):

Há uma incongruência entre atitude e comportamento dos jovens e a presença de uma cultura política prismática onde as estruturas formais não operam segundo os modelos tradicionais, mas funcionam de maneira insólita. Os indivíduos apresentam discrepância entre crenças, atitudes e comportamentos: as crenças e atitudes são democráticas e supõem participação política, mas os comportamentos são autoritários e apáticos ou alienados (SOUZA, 1983, p. 250).

Tal posicionamento também pode ser explicado com argumento de que o contexto de maior liberdade e comportamento consumista fazem os jovens não se envolverem ativamente na defesa de direitos ou terem maior participação nessa democracia. Segundo Silveira:

O comportamento do jovem está relacionado com o contexto em que se encontra, dessa forma os jovens dos anos 60 e 70, por viverem em um contexto fortemente marcado por sentimentos libertário e desenvolvimentista, apresentavam comportamento reformador e viam na participação uma proposta de mudança estrutural do sistema; já o jovem dos anos 90, incorporado a um contexto onde o capitalismo avançou em todas as esferas inclusive a social, apresenta um comportamento consumista e sem grandes ideologias, percebendo a participação política de forma desinteressada. (SILVEIRA, 2005, p.70)

A esse questionamento pedimos que respondessem de forma aberta o motivo pelo qual consideram importante ou não a participação de jovens na política. Dos alunos que responderam, 27,0% disseram achar importante a participação dos jovens na política por serem eles o futuro do país; 9,2% acreditam que os jovens possam contribuir com novas ideias; 4,6% afirmam que seja importante pois, os jovens precisam estar atualizados com os acontecimentos do país e o mesmo percentual

afirma ser importante os jovens se manterem informados sobre o tema. Registramos, ainda, o percentual de 10,9 % de alunos que afirmaram ser importante, porém não justificaram sua resposta. Das categorias citadas pelos jovens, extraímos uma avaliação positiva com relação aos motivos e a consciência quanto à importância da participação dos jovens na política: todas as justificativas apresentadas representam boas perspectivas. Ainda, 60,5% não tenham justificado suas respostas, os que não consideram importante a participação de jovens na política apresentaram as seguintes justificativas: 9,3% afirmaram que os jovens não têm idade para participar; 7,0% admitiram desinteresse dos jovens; ainda, 4,7% acreditam que os jovens são imaturos e outros 4,7% disseram que não saberiam opinar.

Foi possível perceber, em relação ao envolvimento dos jovens em atividades políticas, que os alunos da escola pesquisada apresentam baixo índice de participação e, portanto, de empoderamento, dificultando também a constituição de níveis satisfatórios de capital social para participarem mais ativamente na comunidade e no espaço escolar. Respostas como falta de maturidade dos jovens e pouca idade para não saber opinar, além da falta de oportunidade de expressarem suas opiniões nos levam a constatar a falta de confiança dos jovens neles mesmos. Nossa conclusão para tal postura é a de que as agências socializadoras, entre elas a escola, não têm conseguido estimular o sentimento de pertencimento, a assunção do sujeito histórico, emancipado entre os jovens, tão necessário para o desenvolvimento da cidadania efetiva.

Perguntamos aos jovens se eles costumam participar de atividades políticas e pudemos observar que o percentual de jovens que não se insere em qualquer tipo de atividade é alto. Dos jovens que responderam ao questionário, 74,1 % disseram não participar de atividades políticas; 11,8 % participam de outras atividades como associações, trabalho voluntário, projetos sociais, etc.; 5,9% disseram participar de manifestações; 3,2% de comícios; 2,3% participam de centros comunitários; 0,9 % das discussões sobre o orçamento participativo da cidade e 1,8 % não responderam a questão.

Diante de números tão elevados de jovens que declaram não participar de atividades que exijam um maior envolvimento para o exercício da cidadania ativa, baseamos as respostas em alguns autores para entender as possíveis contradições que permeiam o período de maiores liberdades civis e políticas e que, ao mesmo tempo, nos levam a cenários mais passivos e acomodados em termos de exercício dessa própria cidadania.

Segundo Silveira (2005), a participação dos jovens tem relação direta com a confiança depositada nas instituições políticas; assim, ao não se sentirem representados ou não terem suas expectativas atendidas, eles passam a relacionar sua participação a algo negativo, passando a gerar desconfiança e descrédito nas instituições. Não havendo confiança, tem-se reduzido drasticamente o nível de

capital social entre os jovens e, também, o empoderamento nos níveis individual e comunitário.

No nível individual, segundo Baquero (2007), trata-se de ver diminuída a autoestima, a autoconfiança e a autoafirmação necessárias ao desenvolvimento da capacidade de se sentir influente nos processos que determinam suas vidas; no nível comunitário, tem-se diminuído o desenvolvimento da capacidade de articulação de interesses e participação comunitária na busca pela conquista plena dos direitos da cidadania, defesa de seus direitos e influência nas ações do Estado.

Para Paulo Freire (1986), o empoderamento também ocorre em nível social; embora o autor reconheça a importância do aspecto individual do empoderamento, afirma que este precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade, sendo definido como um processo que se dá na interação com o coletivo. Neste mesmo sentido, Baquero afirma que:

O empoderamento como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social possibilitando a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2007, p.57)

Segundo Silveira (2005), as associações são vistas como elementos de construção cívica, como fator de ampliação dos valores democráticos e como componente básico na geração de capital social. Assim, um contexto que apresente valores como cooperação e sentido de coletividade também indica a presença propícia para o empoderamento.

Considerações Finais

Este trabalho teve, como objetivo, verificar as percepções dos alunos a respeito do exercício da cidadania quanto à participação em atividades que exijam maior envolvimento e engajamento como a participação política e em projetos sociais. A utilização dos suportes teóricos aplicados à análise dos dados colhidos permitiu que pudéssemos visualizar de que forma esses temas são percebidos pelos jovens dentro do espaço escolar.

O olhar dos alunos nos revela que os jovens da escola “PT” têm uma leitura de mundo em que pouco se reconhecem como sujeitos da transformação ou sujeitos engajados politicamente em suas comunidades. No que se refere ao interesse por política, adesão à democracia, de participação na política e associações, percebemos

pouca receptividade às atividades que envolvam práticas de cooperação, engajamento cívico e participação política.

Percebemos também um comportamento contraditório nos jovens; embora declarem não se interessar por política, consideram importante a participação de jovens na política. Neste ponto, apresentam discrepâncias entre crenças, atitudes e comportamentos em que as atitudes e crenças são democráticas e supõem participação, mas os comportamentos se apresentam como apáticos. Comportamentos estes ligados ao contexto capitalista em que os jovens são estimulados a consumir, deixando de lado a participação política e ficando alienados. Tais comportamentos nos levam a concluir que, ao lado do pouco estímulo que o jovem recebe das outras agências socializadoras que frequentam, a escola tem falhado ao não estimular nos jovens a participação cidadã, a cidadania ativa e empoderamento, assim pouco contribuindo com a promoção desse capital social. A escola também, como agência socializadora, tem papel importante para a constituição e consolidação do capital social e o empoderamento entre os jovens.

Assim, percebemos que alguns elementos essenciais como confiança, cooperação e participação, que seriam os responsáveis para o aumento da coesão social, do sentimento de reciprocidade que favorecem atitudes que se voltem para o bem comum e que fortalecem a cidadania e a democracia, não estão sendo efetivamente estimulados.

Apesar dos níveis indicarem falta de predisposição para participação em atividades políticas e associações, vemos nos jovens ainda esperanças que dias melhores virão, pois compreendemos ser a escola um local social por excelência, que vai muito além de aprendizagem de conteúdos formais destinados à preparação para uma profissão, da prática de transmissão de conhecimento, sendo também um local que possui a função de aprendizagem de valores para a vida, valores para a sociedade, valores de amor ao próximo, de solidariedade, cooperação. Neste sentido, a escola tem papel preponderante na constituição da cidadania ativa, da emancipação dos sujeitos e na luta por um mundo melhor.

Referências

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Escala, col. Mestres Pensadores, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

- BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. Educação de jovens e construção de capital social: que saberes são necessários? In: **Capital social teoria e prática**. Ijuí, 2006.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Capital Social e Empoderamento no Desenvolvimento Social: Um Estudo com Jovens. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, 13(1):47-64, jan.-jun./2007.
- CUNHA, Maristela Bortolatto. **O novo ensino médio e o exercício da cidadania: controvérsias e desafios**. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/>>
- CUNHA, Gabriele Padilha. Cultura Política participativa da juventude. Qual o papel da escola na consolidação da democracia e cidadania entre os jovens? **Seminário Internacional de Ciência Política** - Porto Alegre, 2015. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, 15 p.
- FERNANDES, Jovelaine L. G. **Educação e cidadania em Paulo Freire**. Dissertação Mestrado – Programa de pós-graduação em Educação – PPGE Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.
- FREIRE, Paulo. SHOR, I. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GALLO, Silvio. Filosofia, educação e cidadania. In: PEIXOTO, José Adão (Orgs) **Filosofia, educação e cidadania**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.
- GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 2012.
- HUSSERL, Edmund. **Ideas Relativas a uma Fenomenología Pura y una Filosofía Fenomenológica**. México: Fondo de Cultura Económica (1913), 1986
- NAZZARI, Rosana Katia. Capital Social, Cultura E Socialização Política: A Juventude Brasileira. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs). **Capital social: teoria e prática**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul, Ijuí, 2006.
- POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean Pierre; GROULX, Lionel *et all*. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- REZENDE, A. M. **Concepção fenomenológica da educação**. São Paulo. Cortez, 1990.
- SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil**. Tese de Doutorado – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- SCHUTZ, Alfred; LUCKMAN, Thomas. **Las estructuras del mundo de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

SILVEIRA, Angelita F. (2005). **Capital Social e Educação**: perspectivas sobre o empoderamento da juventude em Porto Alegre. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. de pg. 118.

SOUZA, Ayda Connia. **Socialização política**: a família e a escola na formação de atitudes políticas dos adolescentes de Porto Alegre. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

Notas

ⁱ A sigla PT se deve ao fato de não quisermos revelar o lugar onde fizemos pesquisa nem a identidade dos entrevistados.

ⁱⁱ Ao aplicar o termo na esfera social, para Robert Putnam, o conceito de capital social pode ser entendido “como características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM apud NAZZARI, 2006, p. 145).

ⁱⁱⁱ Conforme Baquero e González em “Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014”: o princípio subjacente da inércia ocorre quando um elemento se move em uma direção e outro elemento, que deveria também se movimentar na mesma direção, resiste, com a força do movimento na direção oposta. Aplicando esse conceito para o processo de construção da democracia, que envolve várias dimensões (econômica, política, social e cultural), e tomando como base os pressupostos da teoria da escolha racional e institucional, passou-se a aceitar, sem maiores questionamentos, a ideia de que, em virtude da racionalidade subjacente dos atores sociais num sistema político, os avanços formais e institucionais acarretariam automaticamente a solução de problemas socioeconômicos e políticos. Não haveria, assim, grandes preocupações com o processo de politização ou estruturação de uma cultura política, na medida em que os procedimentos institucionais seriam suficientes para catalisar uma cultura política democrática. Nessas circunstâncias, produz-se uma assimetria que gera inércia entre o desenvolvimento de procedimentos democráticos formais, concomitante com uma memória, catalisada pelos próprios gestores públicos e assimilada pela população, de manter uma ação política com base em práticas tradicionais e ultrapassadas, [...] materializa efeitos de imobilidade ou resistência às mudanças propostas pelos órgãos públicos, uma vez que não há reação quando estão em contato um com o outro – procedimentos formais e cultura política” (2016, p. 495 e 496).

Sobre a autora:

Ana Claudia Alonso Ribeiro possui graduação em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2010) . Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2016), onde defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação da Profa. Dra. Vívian Lara Cáceres Dan.

Recebido em 09/11/2017

Aceito para publicação em 10/03/2018